

---

## MEMÓRIA E MERCADO: O RELATO DO OUTRO

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira<sup>1</sup>

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Se como nos avisou Jorge Luís Borges, a memória e o esquecimento são igualmente inventivos, *Tempo passado*, o novo livro da intelectual argentina Beatriz Sarlo, merece atenção na medida em que as memórias sobre os difíceis anos do Regime Militar argentino (1976-1983) instituíram para si uma certa supremacia do relato confessional, criando um ambiente político propício a determinados apagamentos, não tão inventivos como vislumbrou Borges.

Sarlo parte da premissa de que em qualquer ponto de vista sobre o passado, a manipulação da memória, por parte daqueles que se entregam ao relato biográfico, nunca se é inocente ou imparcial. Tal premissa parece às discussões contemporâneas sobre o fazer histórico um tanto atrasado ou óbvia. Contudo, Sarlo, de imediato, nos adverte que as narrativas sobre o passado que circulam na sociedade – em especial na América Latina – não são exclusividade dos discursos universitários. Pelo contrário, a premissa tem uma função mobilizadora e política, pois a história realizada pela universidade vem perdendo influência na sociedade por não querer responder a uma história mais comercial, que se torna cada vez mais popular por meio da proliferação das grandes exposições temáticas ou dos *best-sellers* e dos filmes de época. Os historiadores acadêmicos, segundo ela, têm dificuldade para escrever uma história que seja ativa na esfera pública.

Quem ocupou esse espaço, quando o assunto é a ditadura argentina, foram os relatos em primeira pessoa, confeccionados por uma legião de vítimas (e familiares) dos abusos do regime, que em poucos anos instaurou um ambiente de violência ao gosto do terrorismo de Estado. A autora, que viveu aqueles anos conturbados, sabe

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. E-mail:emerson\_dionisio@hotmail.com

que “o passado é sempre conflituoso” e não existe o lugar confortável da “verdade” ao tratá-lo, ainda mais quando se trata de um passado recente e traumático.

Essa constatação de imediato confere o tom político de que seu trabalho se reveste nas páginas seguintes. Certamente, segundo a autora, a memória tornou-se um dever para as nações que viveram as ditaduras, pois o esquecimento seria um crime e também um erro. No entanto, no contexto argentino, o mercado, a universidade e os estudos intelectuais teriam feito um movimento quase exclusivo em direção ao testemunho que privilegia a primeira pessoa, a experiência direta.

Tal modo de “narrar” o passado construiu algumas armadilhas, cuja maior é justamente evitar análises mais distanciadas que foram sendo desautorizadas por não conter a experiência do “vivido”. Isso foi possível graças ao chamado *giro subjetivo* que tomara conta das Ciências Sociais e que deixou como um dos legados interpretativos a dimensão de que a experiência narrada por quem a viveu está acima das demais possibilidades narrativas.

Em diferentes autores, inclusive da literatura, Sarlo busca desnaturalizar essa leitura que tem na memória a primazia da experiência. Ao fazê-lo, traz-nos uma surpresa: não desautoriza tais relatos. Também não os critica de forma a retirar a importância política e ética da memória. Pelo contrário, Sarlo reconhece a dimensão testemunhal, a beleza de sua natureza incerta e movente. Restitui à memória o seu lugar de seleção e de construtora de uma aparente totalidade narrativa, tão cara para a reconstrução daqueles sujeitos que tiveram suas cidadanias roubadas.

No outro lado da moeda, a autora lança-se contra certa tradição de memória instaurada como soberana. Ela lembra-nos sobre o peso do presente, que não pode ser descolado da lembrança; o testemunho está carregado do presente que deve ser contrastado com outras fontes escritas que permitam submetê-lo à crítica. Algo que toda uma “indústria cultural da memória” evita, alerta a autora, pois prefere agir de modo repetitivo, disseminando simplificações e lugares-comuns, na medida em que sua demanda está diretamente ligada a fatores políticos precisos e que, por fim, pode acabar apagando outros trabalhos históricos.

*Tempo passado* nos mostra os motivos pelos quais essa dimen-

são política e mercadológica optou pelo testemunho: uma necessidade premente de garantir à redemocratização uma legitimidade que contraponha o poder do presente com o poder daqueles que comandaram no passado. Nos primeiros anos após o fim oficial do terrorismo de Estado, a memória e o discurso testemunhal obviamente assumem tanto o papel de lembrança obrigatória quanto de guia histórico-jurídico.

O perigo reside no fato de que, após duas décadas de testemunhos necessários, ocorre uma rarefação de estudos baseados em outras fontes e outros métodos. Sarlo pede uma nova postura, mais crítica e mais ampla, perante eventos traumáticos que levaram à morte mais de trinta mil pessoas só na Argentina. É justamente na dimensão do trauma e em sua implicação política frente à memória e à história que reside um dos pontos altos de *Tempo passado*.

A autora lembra que há certa herança do discurso moderno – evidenciada a partir do filósofo Walter Benjamin –, que, ao declarar a impossibilidade de construir a experiência traumática por inteiro, acabou dando força para o relato que, na atualidade, tomou fôlego e fez ocultar suas fragilidades. Lembrado por ela, o tema do Holocausto continua, assim, sendo o divisor de águas dessas questões políticas entre o narrar e o calar (o silêncio como forma de resistência).

Para não se entregar apenas à crítica fácil, a autora nos apresenta exemplos possíveis que constituem alternativas para uma narrativa mais consciente de si e das armadilhas do fazer histórico. Dentre os citados, o estudo de Pilar Calveiro em seu *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*, tese defendida no México, em 1998, merece atenção do leitor. Sarlo vê no trabalho de Calveiro uma possibilidade de narrar uma experiência a partir da análise histórica que toma como fonte os depoimentos de outros e fontes documentais. Exilada, ex-militante política de esquerda que foi seqüestrada, torturada e confinada, Calveiro parece oferecer, segundo a autora, um dos raros movimentos narrativos desviados do mero testemunho. Pouco conhecido, o caso de Calveiro apenas alimenta a velha polêmica sobre a falta de comunicação do universo acadêmico.

O livro também alerta para o perigo das últimas modas, como a noção de pós-memória que não encontra legitimidade num jogo de remissões e transmissões narrativas. Da mesma forma, Sarlo opera contra a imanência da “supermemória”, que às custas da acumulação e da circulação incontrolável e instantânea das narrativas em primeira

pessoa, atinge rapidamente a saturação, criando um campo de sentido pretensamente unívoco.

Pretensão que age sobre o “esquecimento” de modo não inventivo, pois diminui sua potência, induz a memória a uma repetição não criativa, incapaz de gerar diferença. Na necessidade de guardar todos os relatos, corre-se o risco de passarmos a não diferenciá-los. *Tempo passado* não poupa críticas ao uso político às avessas dessa estocagem da memória e sua “disfarçada” antipatia pelo relato do outro.